

Carlos Eduardo Mendes de Moraes
Heloísa Viccari Jugeick Beline
Marcela Verônica da Silva

A ACADEMIA BRASÍLICA DOS RENASCIDOS A SERVIÇO DO MARQUÊS DE POMBAL: OBEDIÊNCIA E ENCÔMIO

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo discutir a relação entre a Academia Brasílica dos Renascidos, agremiação fundada em 1759 na Bahia, e a política ilustrada do Marquês de Pombal, mecenas desta academia, de forma que se possa compreender como esta instituição letrada contribuiu para o projeto do Marquês: a expulsão dos jesuítas do Brasil. Tal relação pode ser vislumbrada a partir de dois aspectos: a obediência aos Estatutos acadêmicos e a utilização de textos encomiásticos para a exaltação da figura de Pombal, de modo que fosse uma propaganda de seu governo ilustrado. Assim, em um primeiro momento, serão abordados os Estatutos da Academia Brasílica dos Renascidos, de forma que sejam apresentados os procedimentos para lograr a obediência dos acadêmicos, e, em um segundo momento, serão abordados aspectos da escrita acadêmica encomiástica. Para tanto, analisar-se-á um poema em louvor a Sebastião José de Carvalho e Melo produzido por Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, dando ênfase aos aspectos que contribuem para a propagação da política pombalina.

Palavras-chave: Marquês de Pombal. Obediência. Encômio.

THE BRASÍLICA ACADEMY OF THE REBORN SERVING THE MARQUIS OF POMBAL: OBEDIENCE AND ENCOMIUM

ABSTRACT

In this work, we discuss the relationship between the Academia Brasílica dos Renascidos, founded in 1759 in Bahia, and the illustrated policy of Marquis of Pombal, patron of this academy, in order to understand how this institution contributed to the Marquis project: the expulsion of Jesuits from Brazil. We observe this relationship by considering two aspects: the obedience to the academy norms and the application of laudatory texts for the exaltation of Pombal, in such a way that they could act as propaganda of his illustrated government. Thus, we first analyze the norms of the Academia Brasílica dos Renascidos to present the procedures applied to determine the obedience to the academics and, then, we address the aspects related to the academic laudatory writing. We accomplish this by analyzing a poem produced by Frei Antônio de Santa Maria Jabotão praising Sebastião José de Carvalho e Melo, emphasizing the aspects that contribute to the propagation of the pombaline policy.

Keywords: Marquis of Pombal. Obedience. Encomium.

LA ACADEMIA BRASÍLICA DE LOS RENACIDOS AL SERVICIO DEL MARQUÉS DE POMBAL: OBEDIENCIA Y ENCOMIO

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo discutir la relación entre la Academia Brasílica de los Renacidos, agremiación fundada en 1759 en Bahía, y la política ilustrada del Marqués de Pombal, patrono de esa academia, de manera que se pueda comprender cómo esa institución letrada contribuyó al proyecto del Marqués: la expulsión de los jesuitas de Brasil. Esa relación se puede vislumbrar a partir de dos aspectos: la obediencia a los Estatutos académicos y el uso de textos encomiásticos para la exaltación de la figura de Pombal, de modo que fuese una propaganda de su gobierno ilustrado. Así, en un primer momento, se abordarán los Estatutos de la Academia Brasílica de los Renacidos, de manera que se presenten los procedimientos para lograr la obediencia de los académicos, y en un segundo momento, se abordarán aspectos de la escritura académica encomiástica. Para ese fin, se analizará un poema en alabanza de Sebastião José de Carvalho e Melo producida por el Fray Antônio de Santa Maria Jabotão, haciendo hincapié a los aspectos que contribuyeron a la propagación de la política pombalina.

Palabras-clave: Marqués de Pombal. Obediencia. Encomio.

L'ACADÉMIE BRASÍLICA DES RENÉS AU SERVICE DU MARQUIS DE POMBAL: OBÉISSANCE ET EXALTATION

RÉSUMÉ

Cet article a l'objectif de discuter le rapport entre l'Académie Brasílica des Renés, groupe fondé en 1759 à Bahia, et la politique illustrée du Marquis de Pombal, mécènes de cette académie, de telle manière qui soit possible de comprendre comme cette institution érudite a contribué par le projet du Marquis : l'expulsion des jésuites du Brésil. Telle relation peut être entendue à partir de deux aspects: l'obéissance aux statuts académiques et l'utilisation de textes d'exaltation de la figure de Pombal, comme une propagande de son gouvernement illustré. Ainsi, dans un premier moment, on va aborder les statuts de l'Académie Brasílica des Renés, de manière qui soient présentés les procédures pour obtenir de l'obéissance des académiques, et, dans un deuxième moment, on va aborder les aspects de l'écrit académique d'exaltation. Pour ce faire, on va analyser un poème d'exaltation à Sebastião José de Carvalho e Melo, écrit pour Frei Antônio de Santa Maria Jabotão, en détachant les aspects qui contribuent par la propagation de la politique pombaline.

Mots-clés : Marquis de Pombal, Obéissance, exaltation.

A ASCENSÃO

SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO e Melo (conhecido como Marquês de Pombal) entra em cena como Ministro de Estado em 1750, investido da autoridade do monarca D. José I, de quem emanava a vontade unificadora das manifestações coletivas de seu tempo. Em 1755, momento em que se deu o terremoto em terras lusitanas, Pombal dispõe-se a auxiliar o rei, o qual já não possuía mais forças para administrar a reestruturação de Lisboa.

A ascensão de D. José I e de seu Ministro pautou-se pela influência da Ilustração francesa. Em nome dela, Sebastião José de Carvalho e Melo promoveu várias reformas, inclusive na atividade censória. Em território luso, a Ilustração assumiu feição predominantemente católica, prevalecendo, assim, a tentativa de conciliar a fé e a ciência, a tradição filosófica e a inovação racional e experimental, o teocentrismo e o antropocentrismo.

A partir do momento em que Pombal decide perseguir os jesuítas e extinguir a Companhia de Jesus, a neoescolástica, pregada, sobretudo, pela Universidade de Coimbra, perde seu tônus e facilita a inserção de um novo modelo de universidade pautado no espírito científico, produzindo novas regras para a aquisição do conhecimento, com novas especialidades e novos campos.

A ação resulta em uma racionalidade católica, meio caminho entre a busca dos avanços da ciência e a estagnação diante dos dogmas da Igreja. Todavia, os avanços do pombalismo e do antijesuitismo fazem a conservadora Portugal aderir, ao menos em parte, às Luzes, que se caracterizavam pela fundamentação no racionalismo e na objetividade da ciência. Esta contraditória conciliação, em termos de produção escrita, logra como resultado uma forte rejeição a modelos de uma oratória baseada em argumentos de autoridade (fontes antigas, religiosas, históricas ou bíblicas), em que a cronologia, a religião e a nobiliarquia, que eram os pilares dos discursos, dão lugar a uma forma mais objetiva e direta, ainda que conservadora em seus modelos.

Desse modo, percebe-se que a Ilustração portuguesa confunde-se com o governo pombalino, marcado pelo despotismo esclarecido, pois, na teoria, as Luzes

tinham como pressupostos a origem filosófica, racional, crítica e contestatória, mas se produziu autoritária e conservadora pelas mãos de Pombal, o qual se denomina mecenas da Academia Brásilica dos Renascidos e toma a frente no estabelecimento dos conteúdos propagados pelas academias literárias da época, exigindo das mesmas, por meio de seus estatutos, que seus ideais e sua política fossem disseminados com discursos históricos e poéticos em favor da causa.

A ACADEMIA BRASÍLICA DOS RENASCIDOS

Imbuída deste ideal ilustrado e político, surge, na Bahia, em 1759, a Academia Brásilica dos Renascidos, como sucessora da Academia Brásilica dos Esquecidos, fundada em 1724. Essa herança aparece referendada já na primeira sessão do grêmio, na fala de António de Oliveira, pró-secretário, que faz alusão à Ave Fênix, símbolo do grêmio renascido das cinzas:

senhores, Fênix somos todos os alunos desta douta academia dos Renascidos, não habitantes dos desertos da Arábia, mas sim desta corte da América Portuguesa, porque tirados das cinzas da nobre Academia dos Esquecidos, que nos tempos passados enobreceu esta mesma cidade, renascemos agora a dar novo lustre (BNL, Fundo Geral, cód. 630fl 94 v. *apud* KANTOR, 2004, p. 104-105).

O trabalho da Academia Brásilica dos Esquecidos, incompleto por um lado, deu, no entanto, ensejo para a retomada, muitos anos mais tarde, da ideia de fundação de uma agremiação que fosse responsável pela História do Brasil, a Academia Brásilica dos Renascidos. O caminho estava aberto, dependendo simplesmente da reunião de muitos nomes que participaram da primeira, que se mostravam com disposição para retomar o projeto, o que, aparentemente, só aconteceu com a intervenção de Sebastião José de Carvalho e Melo, utilizando-se deste artifício para impor algumas reformas nos costumes portugueses.

A instrução dada por Sebastião José de Carvalho e Melo a José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de

Melo era a de arregimentar em torno de si os nomes capazes de levar a cabo a criação da instituição. Tornou-se um grande projeto – perfeito em termos de cronograma – registrado em dois documentos que permitem, além de conhecer os detalhes do plano, conhecer também os critérios de escolha dos participantes.

O primeiro documento existente a respeito, *Papéis da Academia Brasileira dos Acadêmicos Renascidos*, possui duas versões manuscritas, uma em condições bastante difíceis de leitura, depositada na Biblioteca Nacional de Lisboa, e outra, em condições bastante melhores, depositada no Arquivo Distrital de Évora. Esta, praticamente uma cópia “passada a limpo” da versão da Biblioteca Nacional de Lisboa, permite uma leitura mais rápida e sem problemas do conteúdo do projeto de criação da Academia Brasileira dos Renascidos; o segundo documento, do qual se conhece apenas uma versão impressa, trata da elaboração dos *Estatutos da Academia Brasileira dos Renascidos*¹, que versa sobre as normas de funcionamento da agremiação.

O projeto, a partir deste ponto de vista, tinha tudo para alcançar êxito, não fossem as questões políticas que contribuíram para o seu insucesso. No referido projeto, os acadêmicos tinham a sua disposição uma lista de deveres e direitos (muito mais os primeiros que os últimos), como preço para os privilégios de que desfrutariam enquanto membros seletos. Esses deveres e direitos eram exercidos em função do contrato que esses homens tinham com a condução dos negócios da colônia. Todos eles, indistintamente, participavam do cotidiano administrativo, religioso, científico, pedagógico e mesmo cortesão do Brasil ou, em última instância, tinham uma atuação indireta, no exercício da função de acadêmicos convidados, participantes de alguma agremiação portuguesa ou de outra origem.

A OBEDIÊNCIA AOS ESTATUTOS

A nova agremiação baseava-se em Estatutos bem definidos e apresentava proposta de teor científico, uma vez que o ponto de partida das composições das dissertações era documental, com a argumentação realizada de forma a ser comprovada e com propagação de ideias. Assim, os Estatutos da Academia Brasileira dos Renascidos

revelam que além da construção de uma História da América Portuguesa, com destaque à produção dos intelectuais da Colônia, e, portanto de cunho científico, existia um ideário que propunha uma redefinição da escrita, abandonando o teor religioso para mergulhar no âmbito ideológico: a expulsão dos jesuítas e a propagação de ideais iluministas, levando em conta os interesses pessoais do ministro Pombal.

Considerando a política que Pombal desejava estabelecer em terras luso-brasileiras, os Estatutos da Academia Brasileira dos Renascidos evidenciam a intenção de instituir-se como um organismo oficial, tal como sua antecessora, a Academia Brasileira dos Esquecidos, aspiração não efetivada. Na verdade, o que o ministro desejava era manipular no espaço americano uma associação que facilitasse a inserção das reformas aos poucos já introduzidas em Portugal, objetivo que só poderia ser alcançado após a expulsão dos jesuítas, grande empecilho para a centralização de seu poder. Assim, ao se tornar mecenas da Academia Brasileira dos Renascidos, o ministro poderia pôr em prática:

A extinção da Companhia de Jesus, Ordem Religiosa fundada por Santo Inácio de Loyola em 1534, expulsando seus membros do território brasileiro. Inocentes quanto às verdadeiras intenções do ministro, os acadêmicos Renascidos buscavam, por seu turno, patrocínio real, para subsidiar a manutenção da agremiação, como ocorrera com a ABE, sua antecessora (MORAES *et alii*, 2010, p. 52).

Lamego (1923) faz referência a esta estratégia política e às consequências desastrosas de sua execução para José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo:

A Academia dos Renascidos dissolveu-se com a prisão de seu director perpetuo, motivada, não, por ter sido acusado de inconfidente, segundo uns, ou por ter querido “afugentar as trevas da ignorância no Brazil”, segundo outros, mas unicamente por ter deixado de cumprir as ordens secretas, que levava de Lisboa, contra os jesuítas (LAMEGO, 1923, p. 116).

A contradição do modelo acadêmico de escrita baseado em uma racionalidade católica faz parte da proposta de estruturação da Academia Brasílica dos Renascidos, a qual instituía em seus Estatutos uma prática de fundamentação científica, por intermédio das soluções dos problemas recorrendo ao debate e, ao mesmo tempo, a eleição da padroeira ou inspiradora divina que os orientava, Nossa Senhora da Conceição, igualmente padroeira de Portugal. Por outro lado, tinha como protetor o rei D. José I e como mecenas Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Segundo Lima (1980), sua finalidade precípua era:

escrever a “história universal da América Portuguesa”, compreendida da seguinte maneira: a histórica eclesiástica, a secular, a geográfica, a natural, a política e a militar. Esta obra seria escrita em latim e antecedida pelas “Memórias Históricas”, trabalhos monográficos escritos em português.

No entanto, acrescenta-se a essa preocupação da investigação histórica, o caráter áulico da ABR: pretende perpetuar na “memória os júbilos pela saúde do rei”, depois do célebre atentado de 1758, e comemorar a data de seu aniversário a 6 de junho, com inauguração da Academia, realizando conferência pública (LIMA, 1980, p. 58).

O documento referente aos Estatutos da Academia Brasílica dos Renascidos foi escrito em dois momentos: o primeiro, planejado em uma “junta particular”, em 02 de junho de 1759, às vésperas da inauguração da agremiação – 6 de junho de 1759 –, composto por 61 itens e 20 parágrafos e elaborado pelo diretor José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo. Já o segundo, de 21 de julho de 1759, composto por quatro parágrafos e três itens, elaborado, provavelmente, pelo primeiro censor e vice-diretor João Borges de Barros, a ser confirmado pela Coroa, designado como “Adição aos Estatutos”.

Os Estatutos em questão são seccionados em três partes, sendo a primeira (com sete itens) – designada como “Introdução” – dedicada a tratar da origem da

Academia Brasílica dos Renascidos e a justificar os seus objetivos. Logo no início, o documento revela satisfação pelo restabelecimento de D. José I, a obediência à sua figura e manifesta o desejo de perpetuar a alegria e a fidelidade ao monarca:

Lembravão-se de que os soberanos são senhores das vidas, honras e fazendas dos seus vassallos, e que oferecer-lhes tudo isto é mais prova de sujeição que de afeto. Que ter imperio nas suas vontades, e que o tributar-lh'as é dividida, e não obsequio: porem que nos entendimentos não tem jurisdição a magestade. Esta potencia sómente se sujeita ás evidencias dos discursos; os seus obsequios nascem sempre do merecimento da causa, e são os mais estimaveis; porque só póde qualificar-se de livre, quando oferece as produções do entendimento (ESTATUTOS, 1882, p. 50).

A segunda parte dos Estatutos (do parágrafo 1.º ao 20) trata, respectivamente, do objetivo da associação em elaborar a história universal da América em língua latina; das memórias históricas que deveriam ser redigidas em português; da Eleição; do Diretor e de suas funções; dos Censores; do Secretário; do Vice-Secretário; dos Acadêmicos; dos Supranumerários; da Impressão das Obras; dos Elogios Fúnebres; das Funções Públicas; das Conferências Particulares; das Férias; do compromisso do acadêmico com os Estatutos; da Empresa; da Padroeira; do Protetor; do Mecenas e da Aprovação dos Estatutos.

Chama-se especial atenção para o parágrafo XIX, da segunda parte dos Estatutos, que prevê a eleição de Sebastião José de Carvalho e Melo como o mecenas da Academia Brasílica dos Renascidos:

A mesma Academia elege para seu mecenas ao Ilmo. E Exmo. Secretario d'estado Sebastião Jozé de Carvalho Melo, do conselho de S. M. E. e academico do numero da Academia Da Historia Portugueza, que é o mais illustre fautor das artes e das sciencias, e do bem commum d'esta monarchia. No dia 13 de Maio, em que faz annos este grande ministro,

se abrirá a conferencia academica com um discurso em seu obzequio, que há de recitar um dos censores (ESTATUTOS, 1882, p. 64).

Por fim, a terceira parte – a Adição aos Estatutos – trata da solicitação a D. José I sobre a validade dos Estatutos, a perpetuidade de José Mascarenhas como diretor, a disponibilidade da Academia para ser útil a todos e a prestação de contas sobre os estudos dos acadêmicos.

Esta divisão da diretoria, na ausência de José Mascarenhas, expôs a intenção do projeto. Sua função, momentânea, de reunir a classe letrada na América Portuguesa, seria recompensada e reconhecida pelos locais, mas refletiria como traição ao cumprimento de sua missão para o Marquês de Pombal, que ordenou a prisão de Mascarenhas e a dissolução da Academia.

Logo na Introdução dos Estatutos, registra-se como lei a obediência dos acadêmicos:

1. Os fieis vassallos d'elrei nosso senhor, que habitão nesta capital dos seos estados do Brazil, aos quaes nenhum da Europa poderá exceder na lealdade e sincero amor ao soberano.

(...)

7. Mas por cumprir com as formalidades do costume, e para aplicar mais este meio de fazer perdurável esta illustre empreza, determinarão para o seu governo os estatutos seguintes (ESTATUTOS, 1882, p. 51).

Essa submissão, revelada não só na forma como os acadêmicos deveriam escrever, mas na conduta adequada que os acadêmicos deveriam ter, seria um mecanismo que facilitaria a manutenção do poder da Coroa e, por conseguinte, a divulgação dos propósitos pombalinos, ou seja, asseguraria a uniformidade ideológica, base para a centralização e fortalecimento do poder constituído. Ademais, seria uma forma dos acadêmicos permanecerem na instituição e assegurarem privilégios.

Consoante Kantor,

as provisões acadêmicas deviam ser distribuídas com muita parcimônia; recomendava

o estatuto: “e este honrado título não se dará às pessoas que se suspeite o querem somente honorário; mas sim com muita parcimônia e madura reflexão, e somente aquelas que se julgar verdadeiramente aplicadas, e querem empregar-se nas fadigas literárias a que se sujeitam todos os colegas desta nobilíssima sociedade (ESTATUTOS *apud* KANTOR, 2004, p. 194).

Podemos destacar como relevante também a obrigação dos acadêmicos numerários em apresentar uma prestação de contas dos estudos desenvolvidos, a cada três meses, com relatório das pesquisas históricas, assim como a situação das obras em desenvolvimento, além de resumos das obras finalizadas, os quais deveriam ser apresentados nas conferências ordinárias, periodicamente, e submetidos à aprovação tanto da assembleia quanto dos censores.

Os Estatutos, no parágrafo IX, apresentam exigências quanto à escolha dos acadêmicos supranumerários, os quais também deveriam prestar contas de seus estudos anualmente:

Este honrado titulo se não dará a pessoas, que se suspeite o querem sómente honorario; mas sim com muita parcimonia, e madura reflexão, e sómente aqueles que querem empregar-se de veras nas fadigas literarias, a que se sujeitão todos os colegas d'esta nobilissima sociedade. Terão voto em todas as matérias literarias, e assento igual com os do numero, e poder-se-lhes-ão encarregar todas as obras, que ordenar a Academia, tendo avizo para assistirem ás conferencias todos os que assistirem nesta cidade, da mesma sorte que os de numero (ESTATUTOS, 1882, p. 59).

No que se refere ao comportamento dos acadêmicos da Academia Brasílica dos Renascidos, faz-se necessário destacar certos fins encomiásticos, visto que tais integrantes consideravam-se “vassallos” de D. José I e acreditavam que o melhor mecanismo para enaltecê-lo era dedicando-lhe as obras por eles produzidas, determinação expressa pelos Estatutos, e que se fez pre-

sente na primeira conferência pública, na qual se deveria destacar os atos de heroísmo do monarca, além de nele reconhecer as qualidades de Luís XIV, rei francês, e de Ministro Colbert para Pombal, relação esta que existia em decorrência do absolutismo político e que se fazia presente em toda a organização estatutária da Academia Brasílica dos Renascidos.

Observa-se que a organização dos Estatutos “é bastante rígida e elaborada em termos de pormenorizar atribuições e tarefas de seus associados” (LIMA, 1980, p. 59). Acrescenta-se, ainda, o “rigor de controle sobre as atividades dos acadêmicos, sua produção, em termos mesmo da absorção ou do exercício de uma vigilância de efeito retroativo” (LIMA, 1980, p. 65), fatores que revelam obediência total às exigências estatutárias, o que fica bem evidente no Juramento realizado pelos acadêmicos, presente no parágrafo 15, item três: “O acadêmico que repugnar obedecer a algum destes Estatutos será riscado dos livros da Academia, como indigno de compor em corpo tão sério, e tão respeitável” (ESTATUTOS, 1882, p. 52).

O descumprimento dessas exigências custou a expulsão do acadêmico José Félix de Moraes. No discurso de posse do substituto consta referência ao fato:

Tínhamos dito que o acadêmico supranumerario Fr. Francisco Feijó, monge beneditino, fôra eleito numerario na vaga aberta pela expulsão da Academia do Dr. José Félix de Moraes. Aquelle prestou juramento e tomou posse do lugar na sessão effectuada aos 15 de setembro de 1759. Nessa occasião o director perpetuo proferiu a seguinte bellissima oração: (...)

Commumente nas Academias, jamais se consegue o gosto de adquerir hum novo collega, sem que haja preciso enxugar as lagrimas a que provocou o elogio fúnebre, do seu antecessor, para não receber com hum rosto triste a um novo companheiro, porém em nosso Congresso tudo he singular. Temos o gosto de ver conservada a vida de todos os estimaveis socios com que principiou este Lycêo e como he impossivel que os juizos humanos deixem

de padecer erros, vêmos hoje reformado o que fizemos em elegêr hum acadêmico inutil, que se mandou riscar do nome hontado do Catalogo (LAMEGO, 1923, p. 61-62).

Nesse sentido, “os Estatutos são importante peça de reconstrução e de debate sobre as questões cruciais que afetavam o momento político e cultural da América Portuguesa” (MORAES *et alii*, 2010, p. 55). O surgimento de tal associação no Brasil era uma maneira de manter a elite letrada ao seu lado. Conseguiria a expulsão dos jesuítas e, por fim, a deportação de José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, devido a sua má atuação na revolta dos produtores de vinho do Porto. Verifica-se, portanto, que Pombal consegue controlar as atividades dos acadêmicos, através dos Estatutos, de forma que não lograssem manifestações políticas que pudessem prejudicá-lo.

A Academia Brasílica dos Renascidos, após um ano, cessou seus trabalhos, uma vez que não se sustentou após a prisão de seu diretor José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo. Sua última reunião data de 29 de novembro de 1759. Segundo Serrão (1974), o labor dos Renascidos continuou, no entanto, a manifestar-se de forma isolada por meio de cartas, discursos e sonetos, mas esses intercâmbios não sustentavam mais a noção de grêmio.

AS PRODUÇÕES ENCOMIÁSTICAS DA ACADEMIA BRASÍLICA DOS RENASCIDOS A POMBAL

Em suas investigações acerca das intenções existentes por trás da criação da Academia Brasílica dos Renascidos, Kantor (2004, p. 119) indica como hipótese o fato de que o grêmio teria servido de fórum de negociação para enfrentar a crise gerada pela expulsão dos jesuítas. A autora assevera, assim, que, ao promover a criação da academia, José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo buscava a formação de consensos mínimos que garantissem algum grau de governabilidade, já que seus membros representavam importante parcela das elites dirigentes e econômicas locais. A fundação da academia, nesse sentido, correspondia à orientação

pombalina de formação de novas elites num momento de redefinição da soberania territorial.

Utilizando convenções da retórica antiga e dirigindo-se ao *status quo*, a poesia acadêmica era construída para que a ordem fosse mantida. É possível verificar na produção poética da Academia Brasílica dos Renascidos² a adesão a concepções políticas do Estado português, uma vez que as poéticas do período, segundo Teixeira (1999), confirmavam o discurso político-social instaurado pelo Marquês de Pombal e o conceito de arte literária confundia-se com as noções de Estado.

A poesia encomiástica, manifestação cujo assunto voltava-se à defesa ou exaltação de um princípio, foi um dos meios mais utilizados pela Academia Brasílica dos Renascidos para executar as estratégias pombalinas. Inserida na poesia de circunstância, cuja expressão é caracterizada pelo engajamento no espírito acadêmico e, por outro lado, concebida para ser apresentada em cerimônias voltadas para acontecimentos sociopolíticos ou históricos, o encômio poderia ser composto a partir de variadas formas poéticas. No caso específico dos poemas de circunstância, toda a hierarquia do poder se revelava, pois, no elogio: “o poeta procura incluir-se como membro hipotético do conselho de sua majestade, cuja razão requer a prudência do apoio para que a cabeça coordene com equidade os membros do corpo místico do Estado” (TEIXEIRA, 2005, p. 65).

Segundo Pinto (2007), a poesia acadêmica tinha como objetivo, muitas vezes, enaltecer os homens ilustres das ordens dirigentes e se destinava a um público que compartilhava dos mesmos conhecimentos do poeta – tanto dos conhecimentos gramaticais e retóricos quanto dos conteúdos ocasionais propostos para matéria dos poemas. Assim, os temas que os poetas já dominavam não se pautavam em parâmetros de uma poesia especulativa e desinteressada. Antes, de uma expressão em versos de matérias relativas ao louvor da América e da Coroa.

Outro ponto que merece atenção em relação ao encômio acadêmico é a prática do elogio, a qual nesse contexto letrado e político buscava concentrar procedimentos retórico-poéticos que visavam garantir a medida aos efeitos da representação político-social, de acordo com normas retórico-poéticas do decoro e da agudeza. Segundo Valle (2006), a eleição sempre das

mesmas virtudes, o elenco de atos que as comprovavam, a descrição do feito que motivava a atualização do elogio, a proporção das partes do elogio e a adequação dos ornamentos à ocasião estavam previstos nas preceptivas das espécies epidíticas da época. Nesse sentido, os acadêmicos responsáveis pelas produções encomiásticas deveriam adequar-se ao gênero, buscando epítetos e metáforas que se adaptassem ao assunto, de modo a guiar os ouvintes pela familiaridade e pela analogia das matérias e dos modelos.

Para Falcon (*apud* TEIXEIRA, 1999, p. 76), o encômio a Pombal encarnava um fundamento muito ativo, pois, considerando-se a hierarquia, o Estado absolutista, ou o governo, confundia-se com a própria figura do soberano, cuja magnanimidade se projetava em seus ministros e súditos em geral. Os encômios, assim, eram peças de extrema importância política, documentos vivos da manutenção da ordem monárquica. Muito além do puro elogio, revestiam-se do objetivo de propagação de um programa de governo.

Na Academia Brasílica dos Renascidos a expressão em versos, de modo geral, adaptava as referências institucionais a uma forma peculiar de escrita, apropriando-se de tópicos e figuras das tradições retórica, poética e histórica, aceitando tacitamente os assuntos de natureza lírica ou heroica, indicados para glosa, na academia. Os letrados da Academia Brasílica dos Renascidos mantinham a ordem política com ornato (embora esse discurso fosse prática a ser superada pelos fundamentos das Luzes), e afirmavam sua postura de vassalagem em relação ao monarca e ao seu ministro, considerado mecenas. Retomavam, assim, o topos medieval do *corpus mysticum* que, segundo Moreira (2001), adaptado à noção de República, tomava como a cabeça o rei (e seu ministro), enquanto os membros constituíam seus vassalos.

Apenas nas conferências de abertura da Academia Brasílica dos Renascidos, Sebastião José de Carvalho e Melo, na qualidade de mecenas, teve uma dezena de poemas em sua homenagem, a maioria em forma de sonetos. Um desses poemas foi escrito pelo Frei Antônio de Jabotão. Trata-se de um conjunto de Décimas, cuja matéria é a comparação entre o político português e o ministro francês Jean Baptiste Colbert:

Sebastião José de Carvalho e Melo etc.
 Digníssimo Mecenas da nova Academia dos
 Renascidos no Brasil, ao qual as Letras no
 Reinado do nosso Fidelíssimo Monarca, e
 mais Estado Político, devem os seus gloriosos
 progressos, como o deveram em França no de
 Luís XIV ao seu grande Ministro Colbert:

1ª

Por Colbert e Sebastião,
 Duas grandes Monarquias
 Em Letras, e Regalias,
 Famosas no mundo estão:
 Portuguesa, e França são;
 E sendo lá, como o é
 Primeiro o douto Colbé;
 Em pontos de bom reger,
 Cá também o deve ser
 Um Sebastião José.

2º

Ministros de um Reino tais
 Zelosos e verdadeiros,
 Assim como são Primeiros,
 Deviam ser imortais:
 Do seu viu glória cabais
 Lá o Rei cristianíssimo,
 Cá – o nosso Fidelíssimo
 Por este, que lhe deu o céu,
 Faz que seja por troféu
 Seu Governo felicíssimo.

3º

Oh! que dita singular
 Para a nossa Academia!
 Alto Padrão na Bahia,
 Quis-lhe a fama levantar.
 Nele, vejo, sem notar
 De outras as varias cenas,
 Que a nossa com doudas penas,
 Faça eterna a sua glória,
 Viva sempre na memória,
 Pois tem tão grande Mecenas.
 Disse.

4º

Viva, pois, tanto Monarca

Nestórios e largos anos,
 Goze triunfos ufanos,
 Quanta dita o mundo abarca;
 Do seu Reino fuja a Parca
 Em aumento as glórias vão;
 Tudo prometendo estão
 Um Ministro sem igual,
 Um Rei, em tudo cabal,
 José com Sebastião.

(a) Fr. A. Jaboatão (Lima, 1980, p. 178-179).

A proposição do assunto em forma de problema permite, de início, a plena realização do encômio segundo uma estrutura qualitativa, em que homenagem e comparado estão postos em igualdade de condições.

O poema, escrito segundo fundamentos do gênero demonstrativo, elege como objeto de louvor duas figuras públicas: Colbert, ministro francês do reinado de D. Luís XIV, e Sebastião José, secretário de Estado de D. José. De modo a reiterar a virtude dos dois nobres, busca nos lugares comuns para o elogio ou nos elementos da virtude a motivação para o encômio e, em decorrência da posição de Pombal diante da Ilustração, o poema parte da equiparação de duas monarquias europeias, França e Portugal, famosas pelas “Letras e Regalias”. As Letras seriam, assim, a marca de um governo ilustrado, que se valia da pena, mais que das armas e, por esta razão, estaria em vantagem, devido às insígnias ou regalias relacionadas às qualidades de um soberano.

Aristóteles, fundamento para a escrita no período, ao diferenciar os gêneros deliberativo, judiciário e demonstrativo, afirma que cada um deles tem por objeto uma parte do tempo que lhe é próprio. No caso do gênero demonstrativo, o tempo essencial é o presente, porque para louvar ou para censurar apoia-se sempre no estado presente das coisas; contudo, o filósofo afirma que sucede que frequentemente são utilizadas lembranças do passado ou pressuposições do futuro. No louvor de Jaboatão, nota-se que a voz do orador vale-se desses dois tempos, passado e futuro. Usa o passado para mencionar os feitos de Colbert, em “Do seu viu glória cabais/Lá o Rei cristianíssimo” e adota o futuro, como “certeza” (a rigor, expectativa)

de que Sebastião José “Cá – o nosso Fidelíssimo”, buscando honrar o monarca “este, que lhe deu o céu”, fosse para Portugal um modelo a ser seguido e, assim como Colbert faria de “Seu Governo felicíssimo”.

Ademais, é importante mencionar, em relação à segunda estrofe, que os dizeres do eu poético adquirem, de modo velado, tom de aconselhamento, o que, a rigor, na retórica, definiria o gênero deliberativo, embora, em muitos aspectos, alguns topos venham a ser comuns para ambos. Comparando, pois, Sebastião José a Colbert, e ao mesmo tempo enaltecendo ambos por serem “zelosos e verdadeiros”, o orador sutilmente aconselha o Ministro português a seguir os passos do Ministro francês, pois agindo dessa forma também suas “glórias” seriam “cabais”.

A terceira estrofe, por sua vez, desloca o assunto para a ascensão da Academia Brasileira dos Renascidos. Ainda usando o verbo no futuro, o orador vislumbra a fama da agremiação. Nesse momento, é válido salientar que a contemplação do discurso adquire contornos próximos à realidade, uma vez que “Nele (no “Alto Padrão da Bahia”, ou em uma Bahia progredida), vejo, sem notar/De outras as várias cenas”. Assim, o poeta não só dá como certas as visões, mas também relaciona o caráter promissor da Academia, e, em contrapartida, viveria “sempre na memória”, uma vez que as “doutas penas” fariam eternas “sua glória”. Esse mecanismo de elogio é usual desde tempos anteriores na expressão lusófona, segundo o esquema: ao louvar a autoridade, coloca-se a mesma em destaque, o que concede autoridade própria para que os argumentos sejam desenvolvidos. Assim, orador e homenageado, cada qual em seu patamar, destacam-se reciprocamente, elevando o estatuto do letrado a uma condição de destaque no seu meio.

A quarta estrofe apresenta dois versos que chamam a atenção. Na segunda estrofe o termo “cabal” (completo, inteiro, pleno) foi relacionado a Colbert (“do seu viu glórias cabais”) e se esperava, deste modo, que por paridade esse mesmo atributo fosse, ao final, associado a Sebastião José de Carvalho e Melo. No entanto, o que se nota é uma inversão proposital, na qual o Ministro ao invés de ser também cabal, é “sem igual”, enquanto o rei, este sim, é “em tudo cabal”. Tem-se, nesse sentido, uma tópica do sobrepujamento, que, segundo Curtius (1996, p. 213-214), é uma técnica útil à produção do panegírico por

provar a superioridade do elogiado sobre aqueles a quem a tradição entende serem excelentes naquele aspecto comparado. No caso do poema de Jaboatão, o Rei iguala-se ao Ministro francês, enquanto Pombal os supera, por não poder ser igualado a ninguém, (“sem igual”). Assim, o poema demonstra agudeza no manejo das convenções retóricas e afirma a supremacia do Ministro.

As Décimas em louvor a Pombal, destarte, não elucidam ações específicas do Ministro. Sua tônica reside em compará-lo a um dos mais importantes nomes da política francesa, Jean Baptiste Colbert. A comparação é regulamentada pela retórica que, ao postular sobre a virtude, e, por conseguinte, sobre o belo, defende como um dos meios eminentes de argumentação e ornato a amplificação, entendendo que, segundo Carvalho (2007, p. 270),

a amplificação afeta tanto a argumentação quanto outras instâncias do discurso, visto que é argumento, pois articula os meios probatórios, servindo ao verossímil; mas também é figura, por isso pode apresentar-se nos ornatos sob vários modos e pelos *loci* comuns.

Assim, Aristóteles, no Livro I, Capítulo XIX da Retórica, afirma que comparar o homenageado com pessoas de renome resulta amplificado e belo, desde que seja mostrado de forma melhor que os virtuosos. No poema em questão, o sobrepujamento se dá de modo evidente, e, inclusive, pode suscitar questionamentos relativos à inversão de hierarquia.

Por fim, embora não menos importante, é o fato de que, ao escolher Colbert para a comparação, Jaboatão escolhe o modelo filosófico-ideológico no qual o próprio Marquês de Pombal está imerso. Assim, a estratégia argumentativa do sobrepujamento, nesse aspecto, reitera a condição elevada do homenageado, pois, dentro do espaço do aprendizado, tornou-se destaque e acabou por “superar” o mestre. Isso é emulação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo em questão buscou apresentar a repercussão da política pombalina na América portuguesa, passando pela sua estrutura modernizadora e ao mesmo

tempo conservadora, assim como pela prática do encômio nas produções poéticas conferidas à fundação da Academia Brasílica dos Renascidos. O contexto de mudanças buscado nas Luzes francesas reflete-se nos Estatutos da Academia Brasílica dos Renascidos de modo a evidenciar as práticas referentes à organização da agremiação e ao papel – de obediência – do letrado. Essa discussão buscou demonstrar que os Estatutos constituíam, além de um documento cultural, um documento político que servia para direcionar as ações da elite e a afirmar o poder tanto do monarca quanto do ministro.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Trad. Antonio Pinto de Carvalho. 17ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.
- BNL, cód. 630. Notícias da Academia Brasílica dos Renascidos, original e cópia.
- CASTELLO, José Aderaldo. *O Movimento Academicista no Brasil. 1648/1820-22*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1969-1971, 5v.
- COSTA, Cláudio Manuel da. Obras. In: PROENÇA FILHO, Domicio. *A poesia dos Inconfidentes*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.
- CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura Europeia e Idade Média Latina*. São Paulo: Hucitec; EDUSP, 1996.
- ESTATUTOS da Academia Brazílica dos Renascidos estabelecida na cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, Capital de Toda a AmericaPortuguesa da qual ha de escrever a historia universal. In: *Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. IHGB, 1882.
- HANSEN, João Adolfo. Fênix Renascida & Postilhão de Apolo: uma introdução. In: PÉCORA, Alcir. (Org.). *Poesia seiscentista*. São Paulo: Hedra, 2002.
- KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos*. Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759). São Paulo: Hucitec, 2004.
- LAMEGO, Alberto. *A Academia Brazílica dos Renascidos*. Paris: E' Edition d'art gáudio, 1923.
- LIMA, Yêdda Dias. *A Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos*. Fontes e Textos. São Paulo, 1980. 316 p. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- MORAES, Carlos Eduardo Mendes de. *A poesia de José da Cunha Cardoso na Academia Brasílica dos Esquecidos* (Dissertação de Mestrado). São José do Rio Preto, 1992, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista.
- MORAES, Carlos Eduardo Mendes de. *A Academia Brasílica dos Esquecidos e as Práticas de Escrita no Brasil Colonial*. São Paulo, 1999. 312 p. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- MOREIRA, Marcello. *Crítica textualis in caelum revocata? Prolegômenos para uma edição crítica do corpus colonial seiscentista e setecentista atribuído a Gregório de Matos Guerra*. 2v. Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2001.
- PINTO, Nilton de Paiva. *A poesia de Rocha Pita na Academia Brasílica dos Esquecidos*. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.
- CARVALHO, Maria do Socorro Fernandes de. *Poesia de Agudeza em Portugal*. São Paulo: Humanitas Editorial; Edusp; Fapesp. 2007.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A historiografia portuguesa*. Vol. III, século XVIII. Lisboa: Editorial Estampa, 1974.
- TEIXEIRA, Ivan. A poesia aguda do engenhoso fidalgo Manuel Botelho de Oliveira. In: OLIVEIRA, Manuel Botelho. *Música do Parnaso*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005. [Edição fac-similar.]
- TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- VALLE, Ricardo. A perpetuação da hierarquia: sentidos políticos do encômio poético de Cláudio Manuel da Costa. *História e Perspectivas*, Uberlândia (34): 189-223, jan.jun.2006.

NOTAS

- 1 Publicado na *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro.
- 2 Os documentos encontram-se reunidos no códice de número 630 da Biblioteca Nacional de Lisboa. Encontra-se sob o título Papéis da Academia Brasílica dos Renascidos; com os seus estatutos, e outras muitas memórias, em original e cópia.

OS AUTORES

Carlos Eduardo Mendes de Moraes é Professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail: cadu-let@assis.unesp.br.

Heloísa Viccari Jugeick Beline é Discente de Mestrado da Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail: helojugeick@hotmail.com.

Marcela Verônica da Silva é Doutora pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail: maveronica83@yahoo.com.br.

